

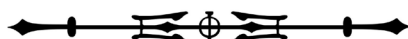
Paper do NAEA

Volume 1, Número 3, Edição/Série 499

Formação socioespacial e patrimonialização: uma análise sobre o valor histórico, cultural e os usos do patrimônio na Avenida Nazaré

Vivian Larissa Monteiro Albuquerque¹

Maria Goretti da Costa Tavares²



RESUMO

A patrimonialização do espaço tem por objetivo preservar o valor cultural, artístico e histórico de um bem. No entanto, na Avenida Nazaré, localizada em Belém-PA, nos deparamos com casos em que o valor arquitetônico de um bem é mais favorecido que o valor cultural e histórico. Assim, usos que visam o lucro por meio de ações do mercado comercial ou imobiliário passam a ser priorizados. Todo o valor histórico e cultural do espaço patrimonializado é decorrente de sua formação socioespacial. Desse modo, buscamos compreender na pesquisa a relação entre a formação socioespacial e o valor histórico e cultural do patrimônio na Avenida Nazaré, em Belém-PA, cuja análise identificou que, a maioria dos bens possui um uso que não condiz, ou não favorece seu valor histórico e cultural, motivo pelo qual houve o tombamento do imóvel.

Palavras-chave: Valor histórico. Valor cultural. Formação socioespacial. Avenida Nazaré.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: vivian.ufpa@gmail.com.

² Professora Dra. Do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: mariagg29@gmail.com.

ABSTRACT

The patrimonialization of space, aims to preserve the cultural, artistic and historical value of an asset. However, on Nazaré Avenue, located in Belém-PA, we are faced with cases in which the architectural value of a heritage is more favored than the cultural and historical value. Thus, uses that aims at profit through acting in the commercial or real estate market start being prioritized. All the historical and cultural value of the patrimonialized space is due to its socio-spatial formation. In this way, we seek to understand in the research the relationship between socio-spatial formation and the historical and cultural value of heritage on Avenida Nazaré, in Belém-PA, whose analysis identified that most of the assets have a use that does not match, or does not favor, their historical and cultural value, which is why the property was listed.

Keywords: Historical value. Cultural value. Socio-spatial formation. Avenida Nazaré.

INTRODUÇÃO

A Avenida Nazaré³ se configura por ser uma importante via de fluxos e fixos na cidade de Belém. Nela, se concentram a maior quantidade de bens tombados da cidade em relação a outras ruas. Sendo, a formação socioespacial, importante para a configuração e para a produção do espaço e assim também para o valor histórico e cultural de um bem, observamos que boa parte dos patrimônios da Avenida Nazaré não possui uma relação que priorize seu valor cultural, mas sim o seu valor arquitetônico. Dessa forma, é comum observar espaços patrimonializados, cujo somente a fachada está preservada, mas seu interior está demolido, conforme veremos com o caso de um dos casarões do conjunto arquitetônico de Nazaré.

Assim, este artigo objetiva discutir a relação entre a formação socioespacial e o valor cultural e histórico do patrimônio na Avenida Nazaré, em Belém-PA. Entendemos que essa relação se dá por meio da interação entre a sociedade e o espaço, cuja formação socioespacial é o elemento principal para a análise do valor histórico e cultural do patrimônio, em que o uso expressa e evidencia o valor em questão. Assim sendo, a patrimonialização de um bem, deve levar em conta um uso que favoreça o seu valor histórico e cultural, na mesma medida que favorece o valor arquitetônico, para que assim, a preservação seja efetivada por completo, e não visando apenas sua forma.

Desse modo, este trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro item, Patrimônio, Formação Sócio-espacial e Periodização: uma análise conceitual dos termos discorre sobre uma discussão teórica em relação ao patrimônio, formação socioespacial e seus usos. O segundo, o período colonial e a formação do território belenense entre 1616-1750, revela a consolidação da cidade de Belém durante o período colonial. O terceiro item, intitulado Entre fixos e fluxos: a estrada de Nazareth para além da igreja durante o período colonial (1700-1822) busca discutir a expressão da avenida no contexto de expansão da cidade de Belém onde estavam sendo definidos os marcos territoriais, culturais e patrimoniais da cidade. O quarto item, Da Estrada de Nazareth à Avenida Nazaré: uma análise sócio-espacial da via durante a economia da borracha (1850-1910), aborda o momento que a estrada passa a ser considerada avenida devido as mudanças históricas sociais no momento do ciclo da borracha. O quinto, O processo de verticalização e a patrimonialização do espaço na avenida Nazaré a partir da década de 1960, aborda o momento que o processo de verticalização e a patrimonialização, por meio da legislação de tombamento chega na avenida. E por fim, o último tópico, Os patrimônios materiais da Avenida Nazaré e a relação entre a formação socioespacial e o valor histórico e cultural do patrimônio, trata sobre uma análise acerca dos novos usos patrimoniais que buscam valorizar cada vez mais a forma do espaço do que o valor histórico e cultural decorrente do seu processo de formação socioespacial.

PATRIMÔNIO, FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E PERIODIZAÇÃO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL DOS TERMOS

A categoria de análise do patrimônio perpassa por diversas análises e significados dentro da ciência, que resultam em diferentes conceituações. O debate acerca do patrimônio

3 Compreendida, na presente pesquisa, como sendo a via que corresponde a Avenida Magalhães Barata e Avenida Nazaré. O conjunto das duas vias corresponde ao que antes era considerada a estrada de Nazareth.

que tem ocorrido atualmente se iniciou no século XVIII, durante a Revolução Francesa e foi influenciado diretamente pela formação dos Estados Nacionais em que se considerava patrimônio bens monumentais e obras artísticas da humanidade (CHOAY, 2001)⁴. No entanto, esta pesquisa, não se prende na formação histórica do conceito de patrimônio, o que importa para a análise é a categoria patrimônio trabalhada por meio de um viés geográfico, para então demonstrar sua importância na análise espacial.

Tratar de patrimônio, na ciência geográfica, significa primeiro compreender que existem diversas conceituações sobre esta categoria e que estas são definidas por diversas disciplinas, organizações sociais e instituições que irão apreendê-lo de maneira diferente. A categoria patrimônio se faz presente, partindo de uma abordagem geográfica, em que “todo patrimônio cultural possui uma expressão espacial significativa e constituinte da própria identidade cultural” (PAES-LUCHIARI, 2009, p. 162). A geografia nos permitirá analisar as múltiplas relações que se encontram no patrimônio e o colocam em situação espacial (SCARLATO e COSTA, 2013). Por isso, ela se fará de extrema importância, visto que não se prenderá a uma valorização da forma apenas, mas focará nas análises das relações socioespaciais que se encontram por trás e naquela forma.

Cruz (2012) define patrimônio como uma espécie de dimensão aurática da herança material e imaterial que é transmitida de geração em geração. E que todo patrimônio, não importando se ele é edificado (material) ou se expressa em uma festa (imaterial), ele é cultural. A única diferença que eles apresentam é que o patrimônio cultural imaterial possui uma característica definidora que reside em sua espontaneidade, enquanto que o patrimônio cultural material é dotado de uma temporalidade e espacialidade que lhes são próprias, o que não significa dizer que o patrimônio imaterial não seja dotado de espacialidade e temporalidade⁵. Tendo em vista essa pequena diferença conceitual, irá ser considerado para a análise da pesquisa o patrimônio cultural material presente na Avenida Nazaré pois, sua espacialidade será importante para compreender sua produção do espaço.

A Avenida Nazaré se caracteriza por ser uma via que possui a maior concentração de patrimônio tombado na cidade de Belém, sem está inclusa na área de tombamento da cidade. No entanto, o que se considera por patrimônio em um local não se restringe apenas ao objeto que recebeu o tombamento (PAES-LUCHIARI, 2009).

A questão central deste momento não será sobre a institucionalização de mecanismos de preservação ao patrimônio, mas sim o debate sobre como a eleição de um bem patrimonial tombado não significa que o seu valor cultural e histórico será mantido, pois observamos diversas mudanças no seu uso que permitem, muitas vezes, apenas a conservação da forma física do bem. Paes-Luchiari (2005) afirma que “É a construção social, dinâmica no processo histórico, que elege, em cada tempo, as formas dignas de preservação e as funções que elas devem acolher (...) a eleição de um patrimônio é sempre um processo socialmente seletivo” (PAES-LUCHIARI, 2005, p. 97). Cada grupo social define o que deve ser preservado, correspondendo assim a seus interesses. Pensar na conservação de um bem para um grupo social hegemônico refere-se à preservação de palácios, arquitetura colonial, pirâmides e igrejas, diferentemente de quando se refere à cultura popular, pois se trata de tradições imateriais, o artesanato e a linguagem (PAES-LUCHIARI, 2005).

⁴ Para melhor elucidação da construção do patrimônio, ver Choay (2001).

⁵ Ver em Cruz (2012) a análise de espacialidades do patrimônio imaterial.

A dificuldade de eleger o que é patrimônio na Avenida Nazaré permeia o fato de que, no âmbito patrimonial, a mesma tem passado a atender a lógica global, pois o capital tem se apropriado do patrimônio existente ali. Pode-se observar esse fenômeno ocorrendo desde o período da exploração da borracha, cuja transformação ocorrida na via serviu para atender a interesses do capital comercial, e posteriormente ao capital imobiliário. Paes-Luchiari (2009) destaca que “Tomando o patrimônio como objeto de reflexão geográfica, encontramos uma geografia atenta as relações entre o sujeito e o seu meio, ambos mediados pelas representações, pelas práticas e discursos globais e locais” (PAES-LUCHIARI, 2009, p. 163). Portanto, os processos que existem por trás do patrimônio importam para eleger o que é considerado um objeto patrimonial e como seus usos podem preservar não apenas seu valor artístico, mas também o cultural e histórico.

A patrimonialização se configura como um processo de produção do espaço, pois, esse processo não ocorre somente no espaço como também produz o próprio espaço por meio da (re)valorização (econômica, simbólica), (re)significação e, também da (re)estruturação física ou (re)laboração imaterial. Ao promover a (re)valorização dos aspectos materiais e imateriais, o espaço também está sendo patrimonializado (CASTRO e TAVARES, 2016).

A escala de abordagem da Avenida Nazaré, nesta pesquisa, não a torna uma simples variável do espaço da cidade de Belém. Compreende-se que ela compõe um conjunto de variáveis espaciais ao mesmo tempo em que contém outras variáveis que a tornam um elemento espacial que difere dos demais na cidade. Assim como uma variável analisada sozinha não possibilita a compreensão do espaço, pois este é composto por um sistema de variáveis (SANTOS, 2014), não iremos analisar a via de modo isolado. Pois, ela está inserida dentro do processo de produção da cidade de Belém, que em uma rede de escalas está inserida dentro da região amazônica, localizada dentro de um país, e assim por diante até chegar ao patamar mais elevado das escalas.

Baseado em Santos (2014, p. 106) ao dizer que, “cada lugar é o resultado da combinação espacialmente seletiva de variáveis diferentemente datadas”, compreendemos que o estudo sobre a formação socioespacial da Avenida Nazaré só será possível partindo de uma análise de seus períodos históricos, tendo em vista que o espaço é um mosaico de diferentes tempos. Portanto, não podemos iniciar este estudo sem compreender os diferentes tempos contidos na Avenida.

A periodização nos possibilita entender as diferenças dos lugares (SANTOS, 2013). Visto que cada lugar apresenta sua particularidade, iremos propor uma periodização levando em conta os períodos fundamentais para a formação socioespacial da Avenida Nazaré, que não estão dissociados de uma periodização já pensada para a Amazônia (TAVARES, 2011). A periodização, que será apresentada, não se realizará de modo cronológico, com tempos e datas seguidos, mas sim em vias de uma análise histórico-social, considerando as relações-sociais enquanto expressões das configurações espaciais (REIS, 2000). E tem como base, outras periodizações já desenvolvidas para a Amazônia, como a de Penteado (1968), Trindade Júnior (2016) e de Corrêa (1987).

Não desconsideramos neste trabalho as demais periodizações já propostas para a Amazônia, além das supracitadas. Contudo, assim como dentro da Amazônia, Belém possui suas particularidades resultantes de períodos próprios, a Avenida Nazaré também possui sua própria periodização em que nos debruçaremos, tomando como base os autores acima.

A divisão da análise em períodos nos possibilita uma compreensão sobre a formação socioespacial da avenida, pois esta categoria desenvolvida como teoria e método por Santos

(1997), analisa dialeticamente a relação entre o espaço e a sociedade inclusive em um modo de produção. Logo, a produção, circulação, distribuição e consumo (processos do modo de produção capitalista), são históricos e espacialmente determinados em conjunto através da formação social (SANTOS, 1997, p. 87-88):

O modo de produção expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho. O novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente (...) Antes do período tecnológico atual, vastos segmentos do espaço puderam escapar ao domínio, direto ou indireto, do modo de produção dominante, ou foram apenas atingidos por feixes de determinações limitadas. As relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço.

É desse modo que cada forma geográfica é representação de um dos diversos modos de produção. A história da formação social é, pois, a “superposição de formas criadas pela sucessão de modos de produção, da sua complexificação sobre seu território espacial”. (SANTOS, 1977, p. 88). Logo, a análise da formação socioespacial da Avenida Nazaré se desdobrará sobre uma reflexão acerca da relação entre a sociedade e o espaço nos diferentes momentos históricos do modo de produção que permeou sua formação. Esses momentos podem ser divididos em: a) o período colonial e o início da ocupação de Belém; b) a existência da estrada de Nazareth, bem antes do achado da imagem de Nazaré por Plácido; c) a configuração espacial da Avenida Nazaré durante a economia da borracha; e d) a Avenida Nazaré inserida dentro do processo de urbanização da cidade de Belém, tendo como um dos elementos a consolidação do processo de verticalização.

O PERÍODO COLONIAL E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BELENENSE ENTRE 1616-1750.

A formação do território amazônico inicia entre os anos de 1580 e 1640, com a ocupação dos portugueses, franceses e holandeses na região. Em 1616, os portugueses chegam ao ponto em que, atualmente, está localizado o forte do castelo, na cidade de Belém. Escolheram este sítio para construir a cidade por questões de estratégia e defesa do território, por estar “rodeado” pela Baía do Guajará (parte Norte), Rio Guamá (parte Oeste) e pelo Igarapé do Piri (parte Sul/Leste). Era o ponto mais alto da cidade e que permitia o melhor controle do território (PENTEADO, 1968). O padrão inicial de ocupação da cidade foi baseado em construções de pequenos fortes localizados a margem dos rios para serem utilizados na defesa do território local. Esse padrão era utilizado em conjunto com a ocupação das ordens religiosas como forma de estratégia de controle do território. Assim, os fortes protegiam fisicamente o território das invasões francesas, holandesas e inglesas, e as ordens religiosas católicas eram utilizadas como uma forma de controle social para com os indígenas que habitavam a região.

A configuração espacial da cidade, no século XVII, era muito bem definida por ruas alinhadas e divididas em dois núcleos urbanos, Cidade e Campina. Meira Filho (2015) considera que a cidade se desenvolveu por meio de centros de evolução urbana. Esses centros se configuravam por serem marcados pela igreja. A função religiosa das igrejas, para além de dominar os povos indígenas, tinha por encargo estabelecer os limites da cidade e por sua vez, seus largos configuravam uma centralidade. O primeiro centro de evolução da cidade

era o largo da Sé, também conhecido como largo da Matriz. O segundo largo era o de São João, localizado mais adentro do núcleo da Cidade. O terceiro e quarto largo correspondem ao do Carmo, Santo Antônio e Mercês. E condizendo com os momentos de expansão e ao avanço da cidade para o interior, temos o quinto largo, o de Nazareth (MEIRA FILHO, 2015).

Resultante da formação socioespacial desse período, podemos observar as igrejas construídas no centro histórico da cidade de Belém, além do Forte do Castelo, que fora utilizado como uma estratégia de controle do território, sendo registrado como um bem patrimonial cultural da cidade. Para além dos objetos espaciais individuais registrados na lista de patrimônio, temos também, o antigo bairro da Campina e o bairro da Cidade, cujo nome atual é Cidade Velha, fazendo parte desse processo de preservação e conservação da cidade.

ENTRE FIXOS E FLUXOS: A ESTRADA DE NAZARETH PARA ALÉM DA IGREJA DURANTE O PERÍODO COLONIAL (1700-1822).

O avanço da cidade para seu interior, adentrando a floresta é marcado pela abertura de estradas que iniciam a ocupação urbana. Dentre essas estradas destacamos a estrada de Nazareth que segundo Penteado (1968) teve seu surgimento marcado pela construção da 1ª ermida em homenagem a nossa senhora de Nazaré, no local em que atualmente se encontra a basílica de Belém. A abertura da estrada tinha por objetivo ligar a cidade, equivalente aos núcleos da Cidade Velha e Campina, à pequena ermida. A estrada de Nazareth era considerada apenas como uma abertura de chão batido no meio da mata virgem, em que a ligação até a igreja era o único motivo para os habitantes de a cidade frequentá-la (PENTEADO, 1968). Kidder descreve a estrada de Nazaré como sendo “o caminho que da cidade vai ter á igreja, atravessa uma floresta durante quase todo o percurso e por isso precisa ser anualmente capinado; a igreja situada no canto da praça estava no único pedaço de chão limpo em toda redondeza.” (PENTEADO, 1968, p. 122).

Durante o período que a santa foi achada na estrada e se iniciou o culto a Nossa Senhora de Nazaré, a cidade de Belém vivia um momento que reconfigurava seu espaço. De acordo com Tavares (2008), esse momento, (1750-177) é caracterizado pela política pombalina que é implantada em todo território amazônico por Marquês de Pombal. Durante a política pombalina o ciclo do ouro se intensifica e faz com que a direção de expansão das cidades passe a se direcionar para o interior das florestas. Nesse movimento de direção para “dentro” muitas estradas são abertas no sentido contrário das cidades, como podemos identificar com Nazareth.

Tínhamos então, no final do século XVIII, a configuração espacial da estrada de Nazareth, composta por elementos fixos, a materialidade por essência fixada num lugar, e por fluxos, um resultado das ações estabelecidas pelos fixos (SANTOS, 2017). Os fixos se configuram por serem: as pequenas moradias insalubres, a ermida de Nazareth e a praça da concórdia, atual largo do redondo. Os fluxos que Santos (2017) aborda, podem ser identificados pelo fluxo de pessoas e mercadorias – pois durante as romarias havia uma feira de produtos agrícolas no largo de Nazareth (PENTEADO, 1968) –, para uma nova área de da cidade, devido ao surgimento da nova devoção.

A figura 1 mostra a estrada de Nazareth como um caminho central para chegar até a cidade por meio da estrada. Conseguimos ainda observar nele algumas moradias ao longo da via, bem como a pequena ermida de Nazareth, no qual há a estrada 2 de dezembro, localizada

em frente da ermida, e que atualmente é a avenida Generalíssimo Deodoro (CRUZ, 1992). A estrada de Nazareth merece destaque quando se trata das moradias no final do século XVIII e início do século XIX, pois nela começaram a ser construídas pequenas rocinhas. Estas eram casas de veraneio das famílias de maior poder aquisitivo na cidade. Essas moradas eram consideradas habitações de férias, feriados e fins de semana, pois estavam numa área distante da cidade. Elas tinham como característica de sua forma grandes terrenos avarandado com casas térreas (SOARES, 2008). Até esse momento, a estrada era considerada rural (PARÁ, 1986), e segundo Penteado era considerada um subúrbio e sua capela suburbana (PENTEADO, 1968). Devido ao aumento populacional na cidade, no início do século XIX, as rocinhas passaram, aos poucos, a serem substituídas por habitações fixas da elite local, pois os bairros da Cidade Velha e Campina atingiram sua lotação. Esse processo fez com que outras áreas da cidade começassem a ser ocupadas pela elite, como Batista Campos e Nazaré. (MEIRA FILHO, 2015; PENTEADO, 1968).

Figura 1: Planta da cidade de Belém no começo do século XIX



Fonte: Meira Filho, 2015.

A área de Nazareth que era, até então, considerada rural, recebe as primeiras obras de arruamento bem definido e delimitado com ruas, travessas e largas avenidas. Essas obras foram ordenadas pelo conselheiro Jerônimo Francisco Coelho à assembleia legislativa provincial, cuja obra tinha por objetivo incluir a área ao espaço urbanizado da cidade (PENTEADO, 1968). É nesse momento que a segregação sócio-espacial da via é intensificada, pois a população pobre é expulsa de suas pequenas moradias para dar lugar a habitações da elite.

DA ESTRADA DE NAZARETH À AVENIDA NAZARÉ: UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA VIA DURANTE A ECONOMIA DA BORRACHA (1850-1910)

O período colonial se encerra em 1822, momento que o império é instalado no país, pois o reino de Portugal é transferido de Lisboa para o Rio de Janeiro devido aos avanços das invasões napoleônicas na Europa. É nesse contexto que, durante a segunda metade do século

XIX a região amazônica começa a desenvolver uma nova economia baseada na extração do látex. Segundo Weinstein (1993), a extração da borracha começou a ser desenvolvida na região após o fim da Cabanagem (1835-1840), pois os povos cabanos, fugindo da área central da cidade para que não fossem presos, se deslocaram para o interior da floresta e ali passaram a desenvolver atividades extrativistas para se manterem, dentre elas destaca-se o látex. A extração passou a ser cada vez mais intensa na região e o impacto na economia começou a ser notado bem antes do período conhecido como *boom* da borracha (1880-1910) (WEINSTEIN, 1993).

O momento referido ao *boom* da borracha na Amazônia por Weinstein (1993) corresponde ao período conhecido como *Belle Époque*, a bela época. Durante o *boom* da borracha, a região de Belém passa por consideráveis mudanças de infraestrutura para atender a elite local. A população de poder aquisitivo maior, que já havia começado a se direcionar para fora do centro da cidade, intensificou de vez sua migração para as áreas mais altas de Belém, bairros de Nazaré, Umarizal e Batista Campos. Esse movimento de migração da elite tem como consequência a expulsão da população mais pobre das áreas mais altas para as áreas baixas da cidade, conhecida como áreas alagadas, baixadas (PENTEADO, 1968). Esse movimento promoveu um intenso processo de segregação socioespacial na cidade de Belém. E modificou a classe social que habitava na estrada de Nazareth, pois nela passou a se concentrar grande parte da elite paraense que eram conhecidos como barões da borracha.

O avanço da elite local para as partes mais altas da cidade é resultado de um processo de crescimento populacional que Belém teve durante o período da borracha (SARGES, 2010). Esse período é marcado, principalmente, pelas intervenções urbanas que modificaram o espaço da cidade de Belém. Essas intervenções associadas a uma ação do estado de promover uma valorização espacial no centro da cidade conduz a criação de novos objetos espaciais, não apenas na Avenida Nazaré, mas na cidade como um todo. Dentre esses objetos destacamos a construção do Teatro da Paz (1878), Mercado Municipal do Ver-O-Peso (1901), 43 novas fábricas na cidade, além da implantação da iluminação a gás e dentre outros novos objetos espaciais (SARGES, 2002).

Todos esses novos elementos edificados remodelaram o espaço da cidade e transformaram Belém numa pequena Paris na América, tendo o estado como o principal agente responsável por essas modificações e construção de novos objetos espaciais na cidade (SARGES, 2010). É relevante ressaltar que os novos objetos espaciais, destacados acima, não estão sendo compreendidos de um modo solitário, mas consideramos apenas sua forma ou sua construção sem relacionar com as relações sociais do espaço. Pelo contrário, esses objetos configuram, antes de tudo, um sistema de objetos que interagem diretamente com um sistema de ações (SANTOS, 2017).

Dentre os objetos inseridos na configuração espacial da avenida, podemos destacar a presença dos palacetes como o *Faciola* e o *Passarinho*, o cinema Ópera e o cine Nazareth, a arborização com mangueiras, bem como a iluminação e o calçamento estabelecida em toda avenida, a instalação do colégio Gentil Bittencourt, a fábrica da cervejaria paraense, o monumental mercado de São Brás e a presença dos bondes elétricos que tinham a Avenida Nazaré como uma das principais rotas de seu percurso (LIMA, 2011). Os objetos criados na Avenida Nazaré durante esse período possibilitaram uma intensidade de fluxos tanto de pessoas como de mercadorias para o local. A construção do mercado de São Brás, no

final da Avenida Magalhães Barata⁶, intensificou o fluxo dos produtos agrícolas vindo do interior do estado, bem como a implantação dos bondes elétricos na avenida permitiu uma maior concentração de pessoas circulando pela via. Percebemos assim, que os objetos e as ações estão ligados diretamente, e que as mudanças que ocorreram na Avenida Nazaré são resultadas de um processo maior, que envolve a mudança econômica da Amazônia. E que os objetos espaciais construídos desse processo são testemunho atual da ação (SANTOS, 2017).

Podemos tratar, então, de um período de reforma urbana na cidade, em razão de que uma série de políticas tanto sanitárias como de infraestrutura que foram implantadas na (SARGES, 2010). No entanto, esse período da reforma urbana belenense, intensificou a desigualdade e a segregação socioespacial na cidade, não somente quando houve a expulsão da população mais pobre para as áreas periféricas, mas também no momento em que determinadas áreas de lazer só podiam ser frequentadas por pessoas de alto padrão, assim como as escolas, os bondes de luxo, e toda rede de infraestrutura seletiva apenas a quem tinha condições financeiras para usufruir desses espaços.

É ainda, durante esse período que a estrada de Nazareth passa a ser conhecida como Avenida Nazaré (CRUZ, 1992). A mudança na referência da via vai muito além que uma simples modificação de tipologia ou de sua toponímia (conceito referente ao nome do lugar). A mudança está relacionada diretamente com os novos aspectos de produção da cidade. A tipologia estrada remete ao aspecto rural, um caminho sem asfaltamento, sem nenhuma infraestrutura, com poucas moradias, com poucos fluxos de pessoas. Por esse motivo o caminho de Nazaré era conhecido como estrada de Nazareth até o período da economia da borracha. Com o advento da mudança econômica que Belém teve no final do século XIX e início do XX, a estrada de Nazareth tornou-se avenida.

É a materialidade resultante desse momento que se torna patrimônio tombado, conforme veremos mais à frente o fato de que esse processo considerou apenas a história de uma parte da sociedade, da população que possuía maior poder aquisitivo, a elite da Avenida Nazaré. O processo de tombamento desprezou a vivência e moradias dos sujeitos inferiorizados. E consagrou enquanto patrimônio uma forma dotada de desigualdade, pois a construção desses bens foi dotada de trabalho em que o trabalhador era preso por dívidas.

O PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO ESPAÇO NA AVENIDA NAZARÉ, A PARTIR DE 1960.

Com o fim da economia da borracha, a cidade de Belém vivenciou uma estabilidade econômica, fortalecendo assim as trocas comerciais internas (WEINSTEIN, 1993). A autora, Bertha Becker (1997), caracteriza a primeira metade do século XX, como sendo o período em que a Amazônia se tornou uma fronteira econômica de recursos minerais. E após a década de 1960, a mesma passou a ser uma fronteira móvel, devido à expansão do povoamento na região vinculada a ação dos grandes projetos implementados na Amazônia. Durante esse período, Trindade Júnior (2016), aponta que a Amazônia passou por um processo de

6 A Avenida Magalhães Barata é a continuação da Avenida Nazaré na cidade. A via recebe esse nome, pois a antiga residência do governador se encontrava no atual parque da residência, localizado na mesma Avenida Magalhães Barata e a Avenida Nazaré são, atualmente, a antiga estrada de Nazareth (PENTEADO, 1968).

urbanização concentrada. A fronteira econômica da Amazônia e o processo de urbanização da região estão interligados, pois “um dos componentes que marcaram esse processo de configuração de uma fronteira econômica no espaço amazônico foi o grau de urbanização de seu território, revelando taxas de crescimento superiores ao que foi verificado em nível nacional.” (TRINDADE JÚNIOR, 2016, p. 40).

Esse crescimento populacional elevado pode ser observado mais intensamente entre os anos de 1960 e 2000. Nesse mesmo período, foi notória a mudança infraestrutural, econômica, social e cultural nos bairros correspondentes à primeira léngua patrimonial da cidade. Dentre as mudanças destaca-se a chegada do processo de verticalização pouco antes da década de 1960 na cidade de Belém, cujo processo foi estimulado por um cenário de políticas de habitação que incentivavam a construção e o financiamento dos imóveis.

A fase inicial do processo de verticalização teve influência e aplicação de capital dos comerciantes portugueses bem sucedidos de Belém, cujas primeiras tentativas de verticalidade foram uma possibilidade de bom investimento. A verticalização, com as configurações de prédios acima de cinco andares, tem seu início em 1940 na Avenida 15 de Agosto, atual presidente Vargas, e em seguida ganha intensidade a partir da década de 1970 se concentrando nos terrenos dos bairros de elite (OLIVEIRA, 1992, p. 86).

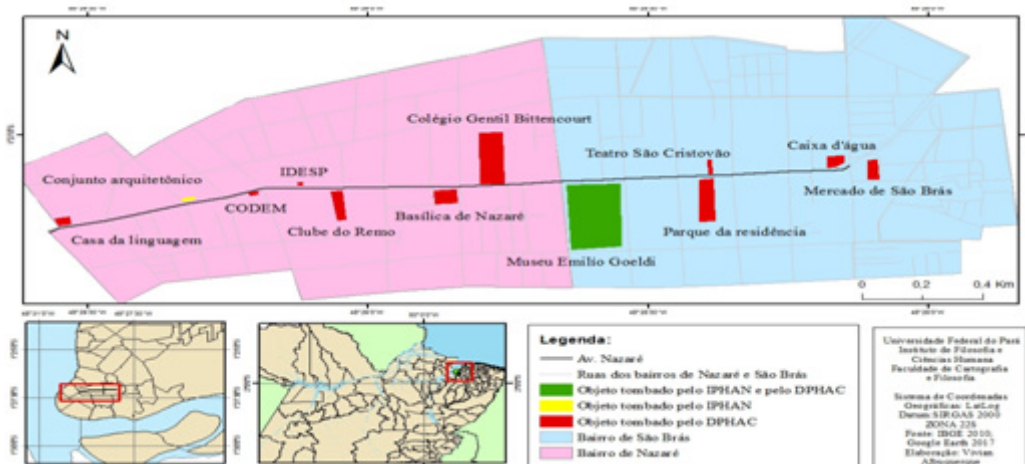
Os terrenos mais nobres, portanto, os de cotas mais elevadas, foram maciçamente ocupados, especialmente aqueles na Avenida Magalhães Barata, no bairro de Nazaré. Os prédios disputavam com os antigos casarões (com fachada de azulejo português), os espaços disponíveis, principalmente nos trechos mais próximos a igreja de Nazaré e no final da Avenida Nazaré.

O crescimento vertical se consolida na Avenida Nazaré por diversos fatores como possuir elevadas cotas altimétricas, equivalente a 10 m, e por possuir a Praça Justo Chermont. As praças enquanto áreas de lazer passaram a ser fatores de peso na escolha das novas áreas de crescimento vertical. Isso justifica a intensidade da verticalização ao entorno da Praça da República e da praça Batista Campos também. Já começamos a ver nesse momento, um embate entre a verticalização e os bens patrimoniais existentes na Avenida Nazaré.

É ainda, durante esse período que o processo de patrimonialização inicia na cidade, decorrente de uma política de tombamento nacional que visa a preservação dos espaços patrimonializados. A política de tombamento consiste em um mecanismo do Estado que deve promover a proteção de um bem cultural. De acordo com o parágrafo 1 do art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil existem diversas formas de preservar um bem cultural, dentre elas estão: os inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e diversas formas de acautelamento. Em entrevista realizada no dia 11/07/2017, com o superintendente do IPHAN de Belém-PA, Cyro Almeida Lins, foi possível identificar que há apenas o processo de tombamento como ação para preservação do patrimônio na Avenida. O processo de tombamento consiste em uma lei de proteção do patrimônio cultural datado de 1936, no qual tem por objetivo preservar e salvaguardar o patrimônio seja ele material ou imaterial e que cabe ao poder público promover, garantir e incentivar a preservação, restauração, conservação, fiscalização ou execução de obras, serviços e a valorização do patrimônio.

A Avenida Nazaré possui um total de 12 objetos espaciais tombados, que se subdividem entre os que foram tombados pela esfera estadual (Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural – DPHAC) e pela esfera federal (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN). Conforme mostra o mapa a seguir (figura 1).

Figura 2: Mapa de localização dos objetos espaciais tombados na Avenida Nazaré



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A patrimonialização chega à via em 1982 com tombamentos de diversos objetos espaciais pelo DPHAC. Dentre esses tombamentos temos o do Conjunto arquitetônico e paisagístico da residência governamental estadual (atual Parque da residência), e o Conjunto arquitetônico e paisagístico, acervo e coleções do Museu Paraense Emílio Goeldi, dentre outros três objetos tombados pelo mesmo órgão no mesmo ano na via. Vemos então, uma concentração de tombamentos na década de 1980 na Avenida Nazaré. Posterior a esses do DPHAC, temos a ação do IPHAN registrando em 1994, também, o Conjunto arquitetônico e paisagístico, acervo e coleções do Museu Paraense Emílio Goeldi, e em 1985 o Conjunto arquitetônico na Avenida Nazaré (observar quadro 1).

Quadro 1: Lista dos bens tombados na avenida Nazaré

Instituição/ Data de registro	Objeto tombado
DPHAC / 02.07.1982	Conjunto arquitetônico e paisagístico da residência governamental estadual (atual Parque da residência).
DPHAC / 02.07.1982	Conjunto arquitetônico e paisagístico do mercado de São Braz e Caixa d'água de ferro.
DPHAC / 01.11.1982	Conjunto paisagístico do instituto Gentil Bittencourt (edifícios, jardins e grades).
DPHAC / 15.12.1982	Antigo Solar do Barão do Guamá (atual CODEM) e Largo Redondo.
DPHAC / 18.05.1983	Mangueiras e samaumeiras existentes nas ruas, praças e parques da área metropolitana de Belém, bem como espécimes existentes no município de Ananindeua.
DPHAC / 07.08.1985	Sobrado do grupo escolar Floriano Peixoto (atual Casa da Linguagem).

DPHAC / 25.03.1992	Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, incluindo-se imagem original de Nossa Senhora de Nazaré, sua coroa e seus mantos.
DPHAC / 12.08.1994	Prédio do Instituto do Desenvolvimento econômico –social do Pará-IDESP.(Antiga Residência de José Leite Chermont) e atual centro integrado de Governo.
DPHAC / 26.01.2005	Conjunto arquitetônico do clube do remo; Ginásio Serra Freire, complexo aquático e sede social.
DPHAC / 24.12.2010	União Beneficente dos Chauffeurs do Pará – UBCP e Teatro São Cristovão.
DPHAC/ 02.07.1982 IPHAN/ Janeiro 1994	Conjunto arquitetônico e paisagístico, acervo e coleções do Museu Paraense Emílio Goeldi.
IPHAN /Março de 1985	Conjunto arquitetônico na Avenida Nazaré.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do livro de tombamento do DPHAC E IPHAN.

Essa quantidade alta de tombamento de diversos objetos espaciais na via em uma mesma década, revela a “ameaça” que os bens patrimoniais estavam tendo frente ao processo de verticalização. O caso clássico desse embate pode ser analisado pelo registro do Conjunto Arquitetônico na Avenida Nazaré, feito de um modo rápido, pois havia um interesse privado na compra do imóvel para construção de um edifício. A discussão sobre a política de tombamento vai muito além do que decidir quem deve eleger o que tem que ser preservado, mas sim como preservar e qual uso os bens patrimoniais devem ter para manter essa preservação, conforme veremos nos próximos tópicos.

OS PATRIMÔNIOS MATERIAIS DA AVENIDA NAZARÉ E A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E O VALOR HISTÓRICO E CULTURAL DO PATRIMÔNIO

Os momentos históricos anteriormente discutidos nos dão base na análise para a compreensão do porquê de alguns espaços terem sido patrimonializados na Avenida Nazaré. O que leva a patrimonialização de um determinado bem, a princípio, é a sua relevância histórico-cultural para a sociedade. É importante ressaltar em qualquer análise sobre o processo de patrimonialização que, a importância cultural não é o único motivo para o tombamento de um bem. Interesses privados podem estar por trás de um tombamento, conforme Cruz (2012) já abordara.

Quando tratamos da Avenida Nazaré, notamos que a relevância cultural e histórica é um dos principais motivos para o tombamento dos bens ali presente, pois a mesma estava inserida em um momento fundamental para a produção do espaço da cidade, o período da borracha. Desse modo, 66,6% dos bens tombados na Avenida Nazaré (8 dos 12 bens), são resultantes desse período, conforme mostra o quadro 1.

Desse modo, podemos observar uma relação direta do valor histórico do espaço, decorrente de sua formação socioespacial, e o processo de tombamento, patrimonialização do lugar

A grande questão que analisamos neste trabalho, é o fato de que a patrimonialização possui uma relação direta com a formação socioespacial do lugar, a partir do momento que o processo de patrimonialização leva em conta o valor histórico e cultural de um bem, conforme vemos com o tombamento. Mas, diante do fato de que os usos do espaço mudam, conforme cada apropriação feita por diferentes agentes produtores do lugar (SANTOS, 2008), vemos também que o valor artístico sobrepõe o valor cultural e histórico. Fazendo assim, com que a preservação arquitetônica, seja da fachada, ou da estrutura do imóvel, se torne mais relevante no processo de apropriação daquele bem, do que o valor cultural que levou ao seu tombamento. Isso faz com que seja comum vermos, ao longo da Avenida Nazaré e da cidade de Belém, muitos imóveis tombados, com sua fachada preservada, mas com um uso totalmente diferente ou inapropriado para aquele bem considerado patrimônio. Vamos observar melhor essa relação com dois exemplos abaixo, em que, o primeiro exemplo mostra um espaço patrimonializado cujo uso atual condiz com seu valor histórico e cultural, porém o mesmo está com um projeto de restauração em que esse uso foi questionado. E o segundo exemplo, que traz uma abordagem de um bem cujo uso não condiz com seu valor cultural e histórico, mas sim favorece o valor artístico e comercial.

a) Mercado de São Brás

O mercado de São Brás foi construído durante o período áureo do ciclo da borracha e inaugurado em 1911. Este espaço era um dos principais símbolos da expansão urbana que Belém teve durante esse momento. A construção do mercado no final da Avenida Nazaré foi realizada devido à necessidade de atender a demanda populacional que habitava nessa região (lembrando que havia apenas o mercado do Ver-o-Peso para abastecer a cidade nesse período). Além de que o mercado servia como ponto de descarga e abastecimento dos produtos advindos da estrada de ferro Belém-Bragança.

Atualmente o mercado ainda possui a mesma função desde o início de sua construção, apesar de ter sofrido diversas reformas e mudanças na sua estrutura interna. E recentemente foi aberta uma licitação para dar concessão a uma empresa privada para restaurar e assumir a direção dos novos usos do mercado, um projeto dentro do programa Desenvolve Belém. O novo projeto do mercado de São Brás, cuja concessão da prefeitura foi dada para a empresa Roma incorporadora e administradora de imóveis LTDA, prevê uma obra de restauro total do espaço e seus anexos para dar uma nova forma de uso, que gere um modelo alternativo de negócios. O novo espaço terá um polo gastronômico com café, bares e restaurantes, e promete que os feirantes continuaram no lugar. No entanto, em uma pesquisa feita pelo projeto Circular e pela Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém (AAPBEL), mostrou que desde o momento da licitação até a concessão os feirantes não foram consultados para a nova proposta de uso do mercado (MEDEIROS, 2020).

Esse fato torna extremamente preocupante a discussão sobre os usos do espaço, pois um espaço patrimonializado não é referência apenas pela sua forma arquitetônica, mas também pela sua função, pela sociedade que ali a vivência e usa aquele lugar. Canclini (1994) vai afirmar que “o patrimônio cultural é o que um conjunto social considera como uma cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia dos outros grupos” (CANCLINI, 1994, p. 98). Ele não abarca apenas monumentos históricos ou bens físicos, mas também as experiências vividas que se condensam em linguagens e tradições imateriais. A questão chave do conceito de patrimônio para o autor é que tal como a cultura nacional muda de

acordo com as épocas, o patrimônio também muda, sendo assim uma construção imaginária. O termo construção fortalece a ideia de desenvolvimento do patrimônio, assim como Cruz (2012) e Paes-Luchiari (2009) partem da ideia de que o patrimônio não é estável, ele muda sua função, sua expressão e adere às novas características, Canclini (1994) também parte da ideia que o patrimônio cultural se desenvolve dentro das sociedades, de maneira que “o patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens” (CANCLINI, 1994, p. 98).

Esse embate entre o uso atual do patrimônio e o valor cultural que o mesmo tem (ou tinha), sempre foi presente dentro do espaço urbano. Caso o projeto seja efetivado e retire os feirantes daquele espaço, teremos então um grande embate no meio patrimonial. Pois, visto que, o motivo do tombamento é devido a sua importância histórica e cultural, não apenas o valor arquitetônico, cujo a cultura se faz mediante a sociedade (CANCLINI, 1994), e que se a nova proposta não abranger os feirantes, agentes sociais que produzem desde o início aquele espaço, então poderemos observar que a patrimonialização de um bem considera mais a forma como valor do que a cultura e a sociedade que os vivencia.

b) Conjunto arquitetônico de Nazaré

O conjunto arquitetônico de Nazaré está localizado na Avenida Nazaré, entre as Travessas Benjamim Constant e Rui Barbosa, é composto por sete imóveis, pertencentes a diversos donos. O tombamento desse bem foi feito pelo IPHAN em 1985. O objetivo de preservar um dos poucos conjuntos neoclássicos da cidade foi o que motivou o tombamento do bem, pois, o mesmo estava sendo ameaçado de demolição por uma empresa imobiliária cujo interesse seria demolir para construir um edifício no lugar.

Com uma construção neoclássica típica do período da borracha, o prédio histórico que possui um conjunto de platibandas possui atualmente diversos donos, sendo que a maioria o utiliza para a função comercial. Podemos observar nesse ângulo da imagem 1, que o conjunto arquitetônico está com a última propriedade demolida. E no ângulo da imagem 2, observamos que a parte interna da 6ª propriedade também foi demolida, restando apenas a fachada do imóvel.

Imagem 1: Conjunto arquitetônico de Nazaré



Fonte: Albuquerque, 2017.

Imagem 2: Parte do conjunto arquitetônico de Nazaré



Fonte: Albuquerque, 2019.

Na imagem 2, podemos observar melhor que no lugar da propriedade nº 07 encontra-se o colégio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (cuja arquibancada está na frente, pois a foto foi tirada durante o período do círio de Nazaré), cuja demolição foi feita antes do processo de tombamento. E também, observamos que a parte interna do casarão nº 06 é utilizada como estacionamento.

Diante disso, o embate sobre o uso e o valor histórico e cultural do bem entra em questão novamente. O casarão nº 06, não possui nenhum uso cultural, pois somente existe a fachada. A crítica levantada nesse trabalho é referente a uma valorização por meio do tombamento na qual a forma e o valor artístico importam mais que sua própria função. Isso faz com que os seus próprios proprietários valorizem ou conservem apenas a fachada para mostrar que parte do imóvel ainda se mantém preservada. O uso do patrimônio passa então a ser sujeito a qualquer negócio que gere rendimento, não importando se o valor cultural vai estar inserido. O patrimônio passa a ser visto como uma ocasião para valorizar economicamente o espaço social. Os bens acumulados na sociedade recebem importância na medida em que eles favorecem e dão um retorno econômico, conforme Canclini (1994, p. 104) afirma:

Os gastos requeridos para a preservação do patrimônio são uma inversão justificável caso resulte em dividendos para o mercado imobiliário ou para o turismo. (...) A este modelo corresponde uma estética exibicionista na restauração; os critérios artísticos, históricos e técnicos se sujeitam à espetacularização e a utilização recreativa do patrimônio com o fim de incrementar seu rendimento econômico.

No exemplo citado acima, observamos a fachada de um dos bens em perfeita condição e restauração e com isso, temos em troca, um amplo e vago espaço cimentado utilizado para estacionamento. Essa concepção, que visa a valorização e preservação apenas da fachada, tem como agente da “preservação” o capital imobiliário e comercial, que tem por objetivo utilizar o patrimônio para obter um retorno econômico, quer seja se apropriando do patrimônio por inteiro para fins de atração turística e econômica, ou seja, utilizando este como atrativo para a implantação do mercado imobiliário e comercial.

CONCLUSÃO

Os usos sociais do patrimônio têm se tornado questões-chaves para entender os processos que estão por de trás do mesmo, visto que estes interessam mais do que os próprios objetos. O patrimônio possui várias origens de concepções, mas todas se findam em um

ponto comum que recai na ideia de “preservação da memória coletiva por meio de critérios valorativos, estéticos, históricos e culturais, sempre em atenção aos riscos que a modernidade impõe as tradições” (PAES-LUCHIARI, 2009, p. 163). Os interesses econômicos têm ultrapassado os interesses culturais transformando o patrimônio em um produto econômico, seu valor de troca viabiliza a sua existência (CRUZ, 2012). Assim, o valor arquitetônico e formal passa a ser maior que o valor cultural, histórico, fazendo com que seus usos sejam medidos pelo mercado do capital.

De um modo geral procuramos entender, com este artigo, qual a relação entre a formação socioespacial e o valor cultural e histórico do patrimônio na Avenida Nazaré, em Belém-PA. E assim, percebemos que a formação socioespacial deve ser um ponto, não apenas de partida, na análise do tombamento de um bem, mas sim um ponto de análise em todos os momentos desse processo de preservação. Pois, o valor histórico e cultural é identificado partindo da análise da formação socioespacial, não é apenas a forma, mas sua função em um dado momento que é considerada. Se cada lugar é resultado de ações de diferentes tempos, então um bem patrimonial é resultante das mesmas ações. É a interação da sociedade com o meio que produziu aquele espaço que foi patrimonializado, por isso, a forma não expressa só um valor arquitetônico, ela expressa uma vivência, uma sociedade, uma cultura. Diante disso, não consideramos válida a proposta de preservação de um bem que vise apenas seu valor arquitetônico, mas sim que busque sua formação socioespacial e assim valorize seu valor cultural e histórico nos seus usos.

Os dois exemplos apresentados demonstraram bem como o valor arquitetônico tem sido sobreposto ao valor cultural e histórico. O caso do conjunto arquitetônico da Avenida Nazaré é apenas um dos muitos que vemos no centro histórico sendo utilizados como estacionamento e preservando suas fachadas. O que nos leva a observar que esse movimento não é único ou particular da avenida, mas sim que ele ocorre dentro de uma totalidade, na cidade de Belém. De tal modo, observamos que uma reforma em um bem patrimonial que visa apenas a forma e não leva em consideração a sociedade que esta vivenciando aquele bem tem sido cada vez mais frequente, igualmente vimos com o exemplo do Mercado de São Brás.

As conclusões que chegamos neste artigo são preliminares, mas muito significativas, pois apresentam exemplos de usos de espaços patrimonializados que reverberam em todo território nacional e na América Latina. Os usos atuais do patrimônio cultural têm incorporado experiências vivenciadas a partir de construções culturais e tradições históricas imateriais, fazendo desses usos parte do imaginário sócio-espacial contemporâneo. Esse movimento, por sua vez, pode desembocar em políticas públicas e de Estado que entendam o patrimônio tanto pelo aspecto democrático de sua concepção, quanto pela lógica capitalista de reprodução do espaço. Nossa intenção em estudar a relação entre a formação socioespacial e o valor cultural e histórico do patrimônio na Avenida Nazaré, em Belém-PA, recai – dentre outros pontos apresentados – sobre a preocupação com o valor histórico e cultural do patrimônio no que diz respeito ao processo de patrimonialização dos espaços da cidade. A preservação patrimonial tem que ser, sobretudo, um instrumento democrático de salvaguarda da memória, da identidade e da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997. 112 p.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, N. 23 (pg. 95-111), 1994.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 49, n.3, p. 39-68, 1987.

CRUZ, E. *Ruas de Belém: significados históricos de suas denominações*. 2ª ed. Belém, Edições CEJUP, 1992.

CRUZ, R. A. Patrimonialização do patrimônio: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. São Paulo: *Revista: GEOUSP*, 2012.

LIMA, A. M. de. *Pelos trilhos dos bondes: cidade, modernidade e tensões sociais em Belém de 1869 a 1947*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

MEDEIROS, L.; LOBATO, W. *Dúvidas e expectativas no mercado de São Brás*. Projeto Circular, 2020. Disponível em: < <https://projetocircular.com.br/2020/07/destino-do-mercado-de-sao-bras-na-fase-final/>>. Acesso em: 22, de Agosto, de 2020.

MEIRA FILHO, A.; MEIRA, M. (Org.). *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história, 1616-1823*. 2. ed., rev. e aum. Belém, PA. 2015.

OLIVEIRA, J. M. G. C. *Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização em Belém-PA*. São Paulo, 1992. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. *Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais - um olhar geográfico*. Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1ed. Rio de Janeiro, RJ: letra e imagem, 2009, v. 1, p. 162-174.

PARÁ. Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural. *A evolução do bairro de Nazaré*. 1986, 4 p.

PENTEADO, A. R. *Belém - Estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Companhia das letras, 1968.

REIS, L. C. T. *Por uma concepção dialética do espaço: O conceito de formação espacial em Milton Santos*. Geografares, 2000.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. *Geosp (USP)*, v. 29, p. 107-121, 2011.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo. Edusp, 2014.

SANTOS, M. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. *GEOSUL*, nº 14 73 - Ano VII, São Paulo, 1992.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 54, p.81-89, 1977. *Geografia*, São Paulo, v. 16, nº 2, p. 369-387, 2013.

SARGES, M. de N. *Belém riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 2ed: Paka-Tatu. Belém, 2002.

SCARLATO, F. C.; COSTA, E. B. Geografia e patrimônio urbano: Questão metodológica. *Espaço & Geografia*, São Paulo, v. 16, nº 2, p. 369-387, 2013.

SOARES, K. G. *As formas de morar na Belém da Belle Époque (1870-1910)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, programa de pós-graduação em História social na Amazônia. Belém, 2008.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. *Formação metropolitana de Belém (1960 - 1997)*. Belém, PA: Paka-Tatu, 2016. 387 p.

WEINSTEIN, B. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo. HUCITEC: Edusp, p. 371, 1993.